

Crimes Federais

DOCTRINA, JURISPRUDÊNCIA E ANÁLISE APLICADA
CÓDIGO PENAL, LEIS Nº 9.296/1996, 8.137/1990 E 9.613/1998
VOLUME 1

2024

Fausto Martin De Sanctis

Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal
da 3ª Região e escritor

CRIMES FEDERAIS

DOCTRINA, JURISPRUDÊNCIA E ANÁLISE APLICADA - VOLUME 1

© Almedina, 2024

AUTOR: Fausto Martin De Sanctis

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA-CHEFE: Manuella Santos de Castro

EDITOR PLENO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Letícia Gabriella Batista e Tacila da Silva Souza

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584936564

Março, 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sanctis, Fausto Martin De
Crimes federais : doutrina, jurisprudência e
análise aplicada : volume 1 / Fausto Martin De
Sanctis. -- São Paulo : Almedina, 2024.

ISBN 978-85-8493-656-4

1. Crimes (Direito penal) - Leis e legislação
 2. Direito penal - Brasil 3. Lavagem de dinheiro -
Leis e legislação - Brasil 4. Processo penal - Brasil
 5. Sistema financeiro nacional - Leis e legislação
- I. Título.

23-178288

CDU-343.1(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual penal 343.1(81)
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados na versão em língua portuguesa. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj. 131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil
www.almedina.com.br

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	5
APRESENTAÇÃO	7
SUMÁRIO	11
PARTE 1	21
CÓDIGO PENAL	23
PARTE ESPECIAL	23
TÍTULO I – Dos Crimes Contra a Pessoa	23
CAPÍTULO VI – Dos Crimes Contra a Liberdade Individual	23
SEÇÃO I – Dos Crimes Contra a Liberdade Pessoal	23
Redução a condição análoga à de escravo	23
Art. 149.	23
1. Notas introdutórias	24
2. Bem jurídico	24
3. Sujeitos	25
4. Tipo objetivo	26
4.1. Figuras assemelhadas	32
5. Elemento subjetivo	32
5.1. Figuras assemelhadas	33
6. Consumação e tentativa	33
7. Dosimetria penal	33
Tráfico de Pessoas (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016)	43
Art. 149-A.	43
1. Notas introdutórias	44
2. Bem jurídico	45
3. Sujeitos	45
4. Tipo objetivo	46
5. Elemento subjetivo	47

6.	Consumação e tentativa	47
7.	Dosimetria penal	47
	TÍTULO II – Dos Crimes Contra o Patrimônio	48
	CAPÍTULO VI – Do Estelionato e Outras Fraudes	48
	Estelionato	48
	Art. 171	48
1.	Notas introdutórias	50
2.	Bem jurídico	53
3.	Elemento subjetivo	53
4.	Consumação e tentativa	55
5.	Especificidades	61
5.1.	Estelionato judiciário	61
5.2.	Alegação de inconstitucionalidade do crime de estelionato – análise à luz dos postulados da <i>ultima ratio</i> e da intervenção mínima do Direito Penal	69
5.3.	Impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância em sede de estelionato contra a Previdência Social	72
5.4.	Não incidência do princípio da insignificância em sede de crime de estelionato para obtenção de seguro desemprego	74
5.5.	Crime impossível e tentativa de estelionato	74
5.6.	Participação de menor importância e autoria mediata	78
5.7.	Absorção do crime de uso de documento falso pelo delito de estelionato	82
5.8.	Fatos anteriores à Lei nº 9.983/2000 podem ser considerados crime de estelionato (tipo penal geral). Fatos praticados durante a sua vigência tipificam o delito do artigo 313-A do Código Penal, mas não o estelionato. Aplicação do princípio da especialidade	85
5.9.	Comprovação da materialidade delitiva pelos dados coletados em processo administrativo e a denominada prova emprestada	91
5.10.	A aplicabilidade do instituto do arrependimento posterior (art. 16 do Código Penal) diante da devolução dos valores indevidamente recebidos até o recebimento da denúncia	99
5.11.	Fraude no Programa Bolsa Família	101
5.12.	Fraude no Programa Minha Casa Minha Vida – inexistência de dolo e atipicidade – financiamento descumprido, mas não fraudado – locação de imóvel destinado à moradia obtido pelo Programa	102
5.13.	Fraude em saque do seguro desemprego	104
5.14.	Estelionato pelo recebimento indevido do seguro desemprego no período de defeso	106
5.15.	Estelionato pelo recebimento indevido de LOAS	108
5.16.	Montante a ser empregado para a desclassificação para o crime de estelionato privilegiado – art. 171, §1º, do Código Penal	111
5.17.	Estelionato e apropriação indébita	113
5.18.	Fraude eletrônica	120

5.19. Competência para fins de fixação do foro no estelionato previdenciário	120
5.20. Competência <i>ratione loci</i> e momento adequado para suscitar conflito de competência	123
5.21. Lei nº 14.155/2021 e competência em algumas modalidades de estelionato	126
TÍTULO III – Dos Crimes Contra a Propriedade Imaterial	127
CAPÍTULO I – Dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual	127
Violação de direito autoral	127
Art. 184	127
1. Notas introdutórias	128
2. Bem jurídico	130
3. Sujeitos	131
4. Elemento subjetivo	131
5. Consumação e tentativa	131
6. Não incidência do princípio da insignificância	131
7. Especificidades	132
TÍTULO VIII – Dos Crimes Contra a Incolumidade Pública	134
CAPÍTULO III – Dos Crimes Contra a Saúde Pública	134
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998)	134
Art. 273	134
1. Bem jurídico	135
2. Sujeitos	135
3. Tipo objetivo	135
3.1. Figuras equiparadas	135
4. Elemento subjetivo	137
5. Consumação e tentativa	137
6. Repristinação do preceito secundário do artigo 273 do Código Penal, em sua redação originária, para a hipótese prevista no artigo 273, § 1º-B – inciso I, do mesmo diploma penal	138
7. Conflito aparente de normas entre o art. 273 do Código Penal e o art. 33, <i>caput</i> , da Lei nº 11.343/2006	148
8. Evolução histórica do tema atinente à pena do art. 273, § 1º-B, do Código Penal, até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 979.962/RS que declarou a inconstitucionalidade do preceito secundário do art. 273, § 1º-B, I, do Código Penal	153
8.1. Desclassificação dos delitos de contrabando e de tráfico de drogas para o artigo 273, §1º-B, do Código Penal	172
8.2. Incidência da minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, e da causa de aumento de pena prevista no art. 40, inciso I, da Lei de Drogas	178
9. Não incidência do princípio da insignificância	179

TÍTULO X – Dos Crimes Contra a Fé Pública	182
CAPÍTULO I – Da Moeda Falsa	182
Moeda Falsa	182
Art. 289	182
1. Bem jurídico	182
2. Sujeitos	183
3. Tipo objetivo	183
3.1. Figuras assemelhadas	184
3.2. Moeda falsa e forma privilegiada de conduta	184
3.3. Moeda falsa e forma qualificada	184
4. Elemento subjetivo	185
5. Consumação e tentativa	188
6. Considerações	190
6.1. Princípio da insignificância	190
6.2. Qualidade da falsificação	193
6.3. Pedido de condenação no dever de reparação dos danos	196
Crimes assimilados ao de moeda falsa	196
Art. 290	196
1. Bem jurídico	197
2. Sujeitos	197
3. Tipo objetivo	197
3.1. Crime assimilado ao de moeda falsa em sua forma qualificada	198
4. Elemento subjetivo	198
5. Consumação e tentativa	198
Petrechos para falsificação de moeda	198
Art. 291	198
1. Bem jurídico	198
2. Sujeitos	198
3. Tipo objetivo	199
4. Elemento subjetivo	200
5. Consumação e tentativa	200
6. Considerações	200
PARTE 2 – LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996	
Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal	203
Art. 1º	203
1. Notas introdutórias	203
1.1. Outras especificidades (e-mail corporativo e acesso a celular apreendido por ocasião de prisão em flagrante)	213
Art. 2º	215
1. Notas introdutórias	215

2.	Contravenção penal	217
3.	Encontro fortuito de provas	219
4.	Prova emprestada	220
4.1.	Possibilidade de utilização de monitoramento telefônico/ telemático para instrução de procedimento administrativo	225
5.	Requisitos	227
6.	Competência	234
7.	Prática de infrações penais por meio de terminais telefônicos	238
Art. 3º		239
1.	Notas introdutórias	239
1.1.	Requerimento de interceptação telefônica/telemática feito pela defesa de corréu e por assistente de acusação	241
Art. 4º		242
1.	Notas introdutórias	242
Art. 5º		248
1.	Notas introdutórias	249
2.	Prazo de validade do monitoramento telefônico/telemático	250
2.1.	Possibilidade de monitoramento telefônico/telemático pelo prazo contínuo de 30 dias	250
3.	Prorrogação do prazo de validade do monitoramento telefônico/telemático	254
Art. 6º		265
1.	Notas introdutórias	265
2.	Necessidade de autorização judicial para acesso a dados contidos em computadores ou dispositivos eletrônicos	266
3.	Dados cadastrais mantidos em bancos de dados públicos e privados	269
4.	Estações Rádio Base	270
5.	Condução dos procedimentos de interceptação. Transcrição das interceptações telefônicas/telemáticas	273
6.	Cadeia de custódia	278
7.	Acesso de servidores públicos da Receita Federal do Brasil ao conteúdo interceptado	285
Art. 7º		288
1.	Notas introdutórias	288
2.	Fornecimento de senhas à autoridade policial	288
3.	Procedimento adotado pelos agentes policiais durante o monitoramento (análise do material coletado)	290
Art. 8º		292
1.	Notas introdutórias	293
Art. 8º-A		296
1.	Notas introdutórias	297
2.	Procedimento	297

3. Prazo de duração	298
Art. 9º	299
1. Notas introdutórias	299
2. Procedimento de inutilização das gravações	301
Art. 10	302
1. Notas introdutórias com destaque para alteração procedida pela Lei de Abuso de Autoridade	302
Art. 10-A	304
1. Notas introdutórias	305
Bibliografia	306
PARTE 3 – LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990	311
Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.	311
1. Noções introdutórias	311
2. Bem jurídico e os delitos fiscais	312
3. Sujeitos	317
3.1. Possibilidade de aplicação da teoria do domínio do fato em crimes societários envolvendo crimes contra a ordem tributária	318
4. Competência	324
5. Direito Penal – princípios da intervenção mínima e da <i>ultima ratio</i> – crimes contra a ordem tributária	328
6. Princípio da insignificância a afastar a tipicidade das condutas	332
7. Incompatibilidade do princípio da insignificância à hipótese de contumácia delitiva	337
8. Princípio da insignificância e exclusão dos juros, multa e correção monetária	339
9. Persecução penal e decisão definitiva na esfera administrativa. Ação Penal Pública Incondicionada	343
9.1. Crédito tributário e o momento em que ocorre o seu lançamento definitivo	348
9.2. Sentença trabalhista e constituição do crédito tributário	353
9.3. Súmula Vinculante nº 24 do Supremo Tribunal Federal	358
9.4. Aplicação da Súmula Vinculante nº 24 do Supremo Tribunal Federal a fatos pretéritos a 2009	359
9.5. Prescrição nos crimes materiais contra a ordem tributária	361
9.6. A Súmula Vinculante nº 24 e o delito de descaminho	362
10. Extinção da punibilidade	366
11. Alegação de erro sobre elementos do tipo e erro sobre a ilicitude do fato	381
12. Alegação de inexigibilidade de conduta diversa	388
13. Reconhecimento ou não da ocorrência de concurso formal ante a supressão de diversos tributos e de crime continuado	390

14. Da quebra do sigilo bancário diretamente pela autoridade fazendária e da possibilidade de compartilhamento dos elementos obtidos perante o Ministério Público Federal sem que, para tanto, tenha que haver ordem judicial autorizativa	392
15. Pedido de absolvição fundado no fato de que a autoridade fiscal não aplicou multa agravada de 150% a impor a conclusão de que o acusado não agiu com o intuito doloso de, fraudulentamente, suprimir ou reduzir tributo	405
16. Renda proveniente de ilícito	410
17. Da eventual consunção entre o crime contra a ordem tributária e o delito de lavagem de dinheiro	413
18. Sonegação de Contribuição Previdenciária X Sonegação Fiscal: Tipo Objetivo	414
CAPÍTULO I – Dos Crimes Contra a Ordem Tributária	420
SEÇÃO I – Dos crimes praticados por particulares	420
Art. 1º	420
1. Tipo objetivo	420
1.1. Descrição das condutas do art. 1º	421
1.1.2. Impossibilidade de desclassificação do art. 1º, I, para o art. 2º, I	425
1.1.3. A não apresentação da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física em sua integralidade	427
2. Elemento Subjetivo	434
3. Consumação e tentativa	436
4. Materialidade delitiva	442
Art. 1º, parágrafo único	449
1. Considerações	449
Art. 2º	458
1. Considerações	458
Art. 2º, inciso I	459
1. Considerações	459
Art. 2º, inciso II	461
1. Considerações acerca do crime de apropriação indébita tributária	461
2. Sujeitos	464
3. Elemento subjetivo	464
4. Consumação e tentativa	464
5. Constitucionalidade do crime de apropriação indébita tributária	465
6. Especificidades	466
6.1. Alegação de inconstitucionalidade do preceito secundário do tipo penal do artigo 168-A do Código Penal e sua paridade com o artigo 2º, inciso II, da Lei nº 8.137/1990	469
Art. 2º, inciso III	470
1. Considerações	471

CRIMES FEDERAIS

Art. 2º, inciso IV	472
1. Considerações	472
Art. 2º, inciso V	472
1. Considerações	472
SEÇÃO II – Dos crimes praticados por funcionários públicos	473
Art. 3º	473
1. Considerações	474
Art. 3º, inciso I	474
1. Considerações	474
Art. 3º, inciso II	476
1. Considerações	476
Art. 3º, inciso III	477
1. Considerações	478
CAPÍTULO II – Dos crimes Contra a Economia e as Relações de Consumo	480
Art. 4º	480
1. Notas introdutórias ao inciso I do art. 4º	480
2. Bem jurídico	482
3. Sujeitos	482
4. Tipo objetivo	483
5. Elemento subjetivo	485
6. Consumação e tentativa	485
7. Competência	485
Art. 4º, inciso II	488
1. Notas introdutórias	489
2. Bem jurídico	489
3. Sujeitos	489
4. Tipo objetivo	489
5. Elemento subjetivo	490
6. Consumação e tentativa	490
Art. 5º (Revogado pela Lei nº 12.529, de 30.11.2011)	491
Art. 6º (Revogado pela Lei nº 12.529, de 30.11.2011)	491
Art. 7º	491
1. Considerações	492
CAPÍTULO III – Das Multas	492
Art. 8º	492
1. Considerações	493
Art. 9º	494
1. Considerações	495
Art. 10.	495
1. Considerações	495
CAPÍTULO IV – Das Disposições Gerais	497

Art. 11.	497
1. Notas ao concurso de agentes	497
Art. 12.	500
1. Notas às causas de aumento de pena previstas no art. 12	500
Art. 15.	509
1. Considerações	509
Referências Bibliográficas	509
PARTE 4 – LEI Nº 9.613, DE 03.03.1998	515
LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO	
1. Noções introdutórias	515
1.1. Aspectos dogmáticos da Lei n. 9.613/1998	525
1.2. Abordagem da nomenclatura infração penal subjacente	531
2. Bem jurídico	559
3. Sujeitos	568
4. Tipo objetivo	573
Artigo 1º, <i>caput</i>	573
Artigo 1º, § 1º	584
Artigo 1º, § 2º	588
5. Elemento subjetivo	593
6. Consumação e tentativa	603
7. Dosimetria penal	603
8. Colaboração premiada – artigo 1º, § 5º	606
9. Ação controlada e infiltração de agentes – artigo 1º, § 6º	610
10. Processo e julgamento dos crimes de lavagem	610
Artigo 2º	610
10.1. Competência e o delito de Lavagem de Dinheiro	620
10.2. Varas especializadas para processar e julgar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e Lavagem de Dinheiro	622
10.3. Aplicação do artigo 366 do CPP (artigo 2º, § 2º)	630
11. Medidas assecuratórias previstas no artigo 4º da Lei nº 9.613/1998	631
12. Pressupostos teóricos da restituição de coisas apreendidas	646
13. Medida cautelar de sequestro (incidência do Decreto-Lei nº 3.240/1941)	649
14. Sequestro Subsidiário de Bens ou Medida Assecuratória pelo Equivalente	653
15. Alienação antecipada de bens incluída pela Lei nº 12.683/2012 (artigo 4º, § 1º, e artigo 4º-A e parágrafos)	663
16. Ação controlada	674
17. Obrigação de identificar clientes, com cadastro atualizado, e de registrar transações que ultrapassem limite fixado ou suspeitas ao COAF (artigos 9º, 10 e 11)	674

CRIMES FEDERAIS

18. Outras alterações da Lei de Lavagem promovidas pela Lei nº 12.683/2012	678
19. Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI – Grouped'action financière sur le blanchiment des capitaux; FATF –Financial Action Task Force on Money Laundering)	685
Referências Bibliográficas	697

Crimes Federais

DOCTRINA, JURISPRUDÊNCIA E ANÁLISE APLICADA
LEIS Nº 7.492/1986, 6.385/1976 E 11.343/2006
VOLUME 2

2024

Fausto Martin De Sanctis

Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e escritor

CRIMES FEDERAIS
DOCTRINA, JURISPRUDÊNCIA E ANÁLISE APLICADA – VOLUME 2
© Almedina, 2024

AUTOR: Fausto Martin De Sanctis

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA-CHEFE: Manuella Santos de Castro

EDITOR PLENO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Letícia Gabriella Batista e Tacila da Silva Souza

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584936588

Março, 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sanctis, Fausto Martin De
Crimes federais : doutrina, jurisprudência e
análise aplicada : volume 2 / Fausto Martin De
Sanctis. -- São Paulo : Almedina, 2024.

ISBN 978-85-8493-658-8

1. Crimes (Direito penal) - Leis e legislação
 2. Direito penal - Brasil
 3. Lavagem de dinheiro - Leis e legislação - Brasil
 4. Processo penal - Brasil
 5. Sistema financeiro nacional - Leis e legislação
- I. Título.

23-178287

CDU-343.1(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual penal 343.1(81)
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados na versão em língua portuguesa. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj. 131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil
www.almedina.com.br

SUMÁRIO

PARTE 5	11
DOS CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	
LEI Nº 7.492, DE 16.06.1986	13
1. Noções introdutórias	13
2. Objeto jurídico	14
3. Sujeitos	16
Artigo 1º	17
Definição penal de instituição financeira	22
Instituições financeiras por equiparação	28
a) A corretora de valores e câmbio	28
b) A pessoa física	29
c) A pessoa física que capta recursos junto a terceiros a pretexto de investi-los no mercado financeiro, com promessa de rendimentos	30
d) A empresa que realiza contratos de venda à prestação com entrega futura do bem	31
Não é considerada instituição financeira por equiparação	31
a) Agiota	31
Outras situações	33
a) Doleiros	33
b) Administradoras de Cartão de Crédito	33
c) Empresas de Consórcio	36
d) Empresas de Faturamento Mercantil (<i>factoring</i>)	40
e) Empresas de Previdência Privada (abertas e fechadas)	46
f) Estados-Membros	52
g) Instituição de pagamento	53

h) Operadora de plano de saúde	56
Artigo 2º	58
Artigo 3º	63
Artigo 4º (gestão fraudulenta ou temerária de instituição financeira)	69
Gestão fraudulenta	78
Responsabilidade subjetiva por serem garantes	89
Gestão temerária	94
Princípio da Insignificância	103
Concurso de crimes	106
Do crime omissivo impróprio ou comissivo por omissão	110
Artigo 5º	117
Artigo 6º	122
Artigo 7º	129
Artigo 8º	135
Artigo 9º	139
Artigo 10	143
Artigo 11	149
Artigo 12	153
Artigo 13	157
Artigo 14	160
Artigo 15	164
Artigo 16	166
Artigo 17	190
Artigo 18	203
Artigo 19	205
Princípio da Insignificância. Não aplicação	208
Da competência jurisdicional	215
Artigo 20	219
Artigo 21	222
Artigo 22	227
Art. 22, “caput”	228
Art. 22, parágrafo único, primeira parte	231
Art. 22, parágrafo único, segunda parte: manutenção de valores não declarados no exterior	242
Repartição federal competente	243
Artigo 23	257
Artigo 25	260
Art. 25, § 1º	266

Art. 25, § 2º	267
Artigo 26	274
Artigo 27	281
Artigo 28	283
Artigo 29	289
Artigo 30	295
Artigo 31	298
Artigo 33	301
Referências Bibliográficas	302

PARTE 6 – DOS CRIMES CONTRA O MERCADO DE CAPITAIS – LEI Nº 6.385, DE 07.12.1976	307
1. Noções Introdutórias	309
2. Manipulação do mercado	317
3. Uso Indevido de Informação Privilegiada	334
4. Exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função	356
5. Competência	358
Bibliografia	367

PARTE 7 – LEI Nº 11.343, DE 23.08.2006	369
Art. 1º	371
1. Notas introdutórias	371
2. Conceito de drogas e norma penal em branco	377
Art. 2º	378
Art. 27	379
Art. 28	381
1. Noções introdutórias	382
2. Classificação	388
3. Artigo 28 e seus parágrafos	389
4. Princípio da insignificância	400
5. Lei penal mais benéfica e efeito retroativo	406
6. Crimes por prática militar	407
7. Impossibilidade de utilização do Habeas Corpus	409
8. Posse de sementes de maconha	410
9. Das Convenções Internacionais que tratam do tema afeto às drogas e da possibilidade conferida de aplicação da cannabis para fins medicinais e terapêuticos	412

CRIMES FEDERAIS

9.1. Do disciplinamento introduzido pela Lei nº 11.343/2006 e da possibilidade conferida de aplicação da <i>cannabis sativa</i> para fins medicinais e terapêuticos	413
9.2. Plantio para uso próprio	421
Art. 29.	425
Art. 30.	426
Art. 31.	426
Art. 32.	427
Art. 33.	431
1. Notas introdutórias	432
2. Classificação	432
Artigo 33 § 1º inciso I	448
Artigo 33 § 1º inciso II	454
Artigo 33 § 1º inciso III	454
Artigo 33 § 1º inciso IV	455
Artigo 33 § 2º	457
Artigo 33 § 3º	459
Artigo 33 § 4º	460
1. Aplicação do princípio da insignificância	489
Art. 34.	492
1. Notas introdutórias	492
Art. 35.	494
1. Notas introdutórias	494
Art. 36.	499
1. Notas introdutórias	499
Art. 37.	501
1. Notas introdutórias	501
Art. 38.	504
1. Notas introdutórias	504
Art. 39.	505
1. Notas introdutórias	505
Art. 40.	506
1. Notas introdutórias	507
Art. 40 inciso I	508
Art. 40 inciso II	515
Art. 40, inciso III	517
Art. 40 inciso IV	521
Art. 40 inciso V	522

Art. 40 inciso VI	523
Art. 40 inciso VII	525
Art. 41.	526
1. Notas introdutórias	526
Acordos sobre transferência de pessoas condenadas	532
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	533